

**ASSESSORIA JURÍDICA**

**PARECER N.º 286/2023**

**PROCESSO 212/2023**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DE LICENCIAMENTO AMBIEN-  
TAL PARA PEDREIRA A SER UTI-  
LIZADA PELO MUNICÍPIO. LEI Nº  
14.133/2021. CONTRATAÇÃO POR  
DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSI-  
BILIDADE.**

Trata-se de processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A solicitação da contratação é oriunda da Secretaria de Obras e Viação, tendo por base Memorando Interno nº SO 21/2023, de 19/07/2023, dando conta da necessidade de contratação de empresa especializada para emissão de ART para licenciamento ambiental de área de pedreira a ser utilizada pelo município para cascalhamento de estradas do interior.

Os Autos foram inicialmente recebidos por esta Assessoria em 10/08/2023 e realizada análise prévia da documentação, constatou-se a necessidade de complementações, as quais foram realizadas, tendo os Autos retornados em 22/08/2023.

Constam em anexo aos Autos do Processo nº 212/2023 os seguintes documentos:

- Memorando Interno nº SO 21/2023, de 19/07/2023, justificando e solicitando a contratação;
- Proposta/Orçamento da empresa BIOMA ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL, inscrita no CNPJ nº 22.155.492/0001-27, no valor de R\$ 10.000,00;
- Proposta/Orçamento da Empresa AFLORA SERVIÇOS GEOLÓGICOS E AMBIENTAIS, inscrita no CNPJ nº 31.212.446/0001-76, no valor de R\$ 12.000,00;
- Proposta/Orçamento da empresa SOMAVILLA TOPOGRAFIA E ENGENHARIA AMBIENTAL, inscrita no CNPJ nº 20.368.884/0001-49, no valor de R\$ 12.800,00.

O objetivo é a contratação da empresa BIOMA ENGENHARIA E CONSULTORIA

AMBIENTAL, inscrita no CNPJ nº 22.155.492/0001-27, no valor de R\$ 10.000,00, constando dos Autos sua documentação de habilitação, a qual cumpre os requisitos legais.

É o breve relatório.

Vieram os autos para exame e parecer.

Com efeito, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

No que tange à contratação pretendida, a Lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese de Contratação Direta, na modalidade de Dispensa de Licitação, limitado ao valor de R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), conforme decreto Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.

Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Além da previsão do contido no artigo 75, I, da Lei 14.133/2021, é obrigatório o cumprimento de outros requisitos legais, nos termos do artigo 72 da citada Lei de Licitações.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Analisados os documentos constantes no processo de contratação nº 212/2023, constata-se que houve o cumprimento dos requisitos legais e obrigatórios.

Consta nos autos documento de formalização da demanda que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso



VII), constando dos Autos a Reserva de Dotação orçamentária da Secretaria de Obras e Viação, na Ação 2098 (Conservação e Manutenção das Estradas Municipais), Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), Recurso 1 (Recurso Livre – 001 – impostos) FR 500 (Recursos não vinculados a impostos).

O documento (Reserva de Dotação Orçamentária) demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV), bem como os documentos da futura contratada (orçamento, documentos de habilitação e certidão de regularidade fiscal), ora anexados, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

Em face do exposto, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 23 de agosto de 2023.



Lutz Felipe Wainrich Guterres  
Assessor Jurídico  
OAB-RS nº 86.826